

## **Alerta Legislação nº 04, de 19 a 24 jan. 2026**

### **Boletim semanal**

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

**Visite nosso endereço na Internet e conheça  
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

### **DESTAQUES**

#### **Governo do Estado de São Paulo**

##### **LEI Nº 18.390, DE 22 DE JANEIRO DE 2026**

Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de cartões de crédito ou débito avisarem os consumidores ou clientes sobre a ocorrência de bloqueio do cartão de crédito ou débito.

#### **LEGISLAÇÃO FEDERAL**

<b>D. O. U.</b>	<b>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</b>
<b>23/01/2026</b>	<b><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.335, DE 22 DE JANEIRO DE 2026</u></b> Dispõe sobre as medidas relativas à proteção especial à propriedade intelectual e aos direitos de mídia e <i>demarketing</i> , relacionados à realização, no Brasil, da Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027.
<b>22/01/2026</b>	<b><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.334, DE 21 DE JANEIRO DE 2026</u></b> Altera a <a href="#">Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008</a> , para dispor sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.
<b>19/01/2026</b>	<b><u>DECRETO Nº 12.815, DE 16 DE JANEIRO DE 2026</u></b> Aprova o Regulamento de Promoções da Carreira de Diplomata do Serviço Exterior Brasileiro e delega competência ao Ministro de Estado das Relações Exteriores para a prática dos atos que especifica.

MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	<p><b>CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL</b>  <b><u>RESOLUÇÃO CONCEA Nº 75, DE 22 DE JANEIRO DE 2026</u></b>  Reconhece métodos alternativos ao uso de animais para o diagnóstico da raiva animal.</p> <p><b>LABORATÓRIO NACIONAL DE ASTROFÍSICA</b>  <b><u>PORTARIA LNA Nº 385, DE 16 DE JANEIRO DE 2026</u></b>  Aprova o Regulamento Interno para concessão de bolsas para servidores no âmbito do Laboratório Nacional de Astrofísica.</p> <p><b>SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL</b>  → Comitê da Área de Tecnologia da Informação  <b><u>RESOLUÇÃO CATI Nº 1.118, DE 20 DE JANEIRO DE 2026</u></b>  Estabelece os critérios e procedimentos para o credenciamento de Instituições de Ensino Superior (IES), Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT) e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (IBT), para os fins do inciso I, II ou IV do § 1º do art. 11 da <a href="#">Lei nº 8.248, de 1991</a>, e do § 8º do art. 12 do <a href="#">Decreto nº 10.356, de 2020</a>, e legislação posterior.</p>
Ministério da Defesa (MD)	<p><b>COMANDO DA MARINHA (CM)</b>  → Diretoria-Geral de Navegação (DGN)  → Diretoria de Portos e Costas (DPC)  <b><u>PORTARIA DPC/DGN/MB Nº 193, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025</u></b>  Aprova as Normas da Autoridade Marítima para a Prevenção da Poluição Ambiental causada por Embarcações e Plataformas - NORMAM-401/DPC.</p>
Ministério da Educação	<p><b>INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 25, DE 22 DE JANEIRO DE 2026</u></b>  Dispõe sobre os procedimentos para manifestações das Instituições de Educação Superior referentes ao Conceito Enade para os cursos de Medicina referente ao ano de 2025, divulgado em 19 de janeiro de 2026.</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 15, DE 16 DE JANEIRO DE 2026</u></b>  Altera os artigos 1º e 7º da Portaria nº 7, de 13 de janeiro de 2026, que dispõe sobre o processo de certificação, as competências das Instituições Certificadoras e do INEP, e os requisitos necessários à obtenção de certificado de conclusão do Ensino Médio e declaração parcial de proficiência com a utilização dos resultados de desempenho obtidos no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM.</p>

<p><b>Ministério da Fazenda</b></p>	<p><b>CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO CMN Nº 5.279, DE 22 DE JANEIRO DE 2026</u></b>          Altera os Anexos I e II da Resolução nº 4.222, de 23 de maio de 2013, que tratam, respectivamente, do Estatuto e do Regulamento do Fundo Garantidor de Créditos - FGC, para introduzir aperfeiçoamentos na governança do FGC e na proteção aos depositantes</p> <p><b>CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA</b>  <b><u>ATO COTEPE/PMPF Nº 2, DE 22 DE JANEIRO DE 2026</u></b>          Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.</p> <p><b>SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL</b>  <b><u>PORTARIA STN/MF Nº 137, DE 16 DE JANEIRO DE 2026</u></b>          Divulga o demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RCL), referente ao 3º quadrimestre de 2025</p> <p><b>SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL</b>  <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.306, DE 22 DE JANEIRO DE 2026</u></b>          Altera a Instrução Normativa RFB nº 2.305, de 31 de dezembro de 2025, que dispõe sobre a redução linear dos incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia concedidos no âmbito da União.</p> <p><b><u>PORTARIA RFB Nº 638, DE 15 DE JANEIRO DE 2026</u></b>          Altera a Portaria RFB nº 200, de 18 de julho de 2022, que dispõe sobre a administração e a destinação de mercadorias apreendidas.</p>
<p><b>Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos</b></p>	<p><b>SECRETARIA DE GOVERNO DIGITAL</b>  <b><u>PORTARIA SGD/MGI Nº 473, DE 20 DE JANEIRO DE 2026</u></b>          Altera o Anexo da Portaria SGD/MGI nº 6.618, de 25 de setembro de 2024, que estabelece os objetivos e as iniciativas para o alcance da Estratégia Federal de Governo Digital para o período de 2024 a 2027, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.</p>
<p><b>Ministério da Justiça e Segurança Pública</b></p>	<p><b>SECRETARIA NACIONAL DE DIREITOS DIGITAIS</b>          ↳ Diretoria de Segurança e Prevenção de Riscos no Ambiente Digital          ↳ ↳ Coordenação-Geral de Políticas de Classificação Indicativa  <b><u>PORTARIA CGPCIND/DSPRAD/SEDIGI Nº 112, DE 22 DE JANEIRO DE 2026</u></b>          O COORDENADOR-GERAL DE POLÍTICAS DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA,          (...)          resolve classificar:          (...)</p> <p><b><u>PORTARIA CGPCIND/DSPRAD/SEDIGI Nº 72, DE 16 DE JANEIRO DE 2026</u></b>          O COORDENADOR-GERAL DE POLÍTICAS DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA,          (...)</p>

	<p>resolve classificar: (...)</p>
	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MS Nº 8.041, DE 25 DE SETEMBRO DE 2025</u></b> Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 4 de 28 de setembro de 2017, para estabelecer a Política Nacional de Doação e Transplantes e definir o Regulamento Técnico do Sistema Nacional de Transplantes</p> <p><b>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) <u>RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA ANVISA Nº 1.006, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025</u> (*)</b> Dispõe sobre requisitos complementares para otimização de análise de petições de produtos técnicos por equivalência, quanto aos perfis toxicológicos. (*) Reproduzida por ter saído com incorreção no original, publicado no Diário Oficial da União nº 243, de 22 de dezembro de 2025, Seção 1, pág. 394.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– 4ª Diretoria</li> <li>– Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária</li> </ul> <p><b><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 226, DE 21 DE JANEIRO DE 2026</u></b> O Gerente-geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária da Agência Nacional de Vigilância sanitária, (...) resolve: <b>Art. 1º</b> Adotar as medidas preventivas constantes no ANEXO. (...)</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 200, DE 19 DE JANEIRO DE 2026</u></b> O Gerente-geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária da Agência Nacional de Vigilância sanitária, (...) resolve: <b>Art. 1º</b> Adotar as medidas preventivas constantes no ANEXO. (...)</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 219, DE 21 DE JANEIRO DE 2026</u></b> O Gerente-geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária da Agência Nacional de Vigilância sanitária, (...) resolve: <b>Art. 1º</b> Adotar as medidas preventivas constantes no ANEXO. (...)</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 154, DE 15 DE JANEIRO DE 2026</u></b> O Gerente-geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária da Agência Nacional de Vigilância sanitária, (...) resolve: <b>Art. 1º</b> Adotar a medida preventiva constante no ANEXO. (...)</p> <p><b>SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE <u>PORTARIA CONJUNTA SAES/SCTIE Nº 38, DE 21 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p>
Ministério da Saúde	

	<p>Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas de Sobrecarga de Ferro.</p> <p><b><u>PORTARIA CONJUNTA SAES/SCTIE Nº 37, DE 21 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Artrite Psoriásica.</p> <p><b><u>PORTARIA CONJUNTA SAES/SCTIE Nº 34, DE 19 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Artrite Idiopática Juvenil.</p> <p><b><u>PORTARIA CONJUNTA SAES/SCTIE Nº 33, DE 19 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Artrite Reumatoide.</p>
<b>Ministério das Relações Exteriores</b>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b></p> <p><b><u>PORTARIA MRE Nº 645, DE 16 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Regulamenta o uso de malas e correios diplomáticos no âmbito do Ministério das Relações Exteriores.</p>
<b>Ministério de Portos e Aeroportos</b>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b></p> <p><b><u>PORTARIA GM - MPOR Nº 25, DE 13 DE JANEIRO DE 2026</u></b>(*)</p> <p>Dispõe sobre o procedimento de comunicação de incidente de segurança com dados pessoais à Agência Nacional de Proteção de Dados - ANPD e aos titulares de dados pessoais, no âmbito do Ministério de Portos e Aeroportos.</p> <p><i>(* Republicada por ter saído, no DOU de 16-01-2026, nº 11, Seção 1, págs. 70-71, com incorreção no original.</i></p>
<b>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</b>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b></p> <p><b><u>PORTARIA MDA Nº 66, DE 21 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Institui o Comitê Técnico no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, com a finalidade de elaborar estudos e proposta destinada à modernização do regime jurídico das Centrais de Abastecimento - CEASAs</p>
<b>Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome</b>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b></p> <p><b><u>PORTARIA MDS Nº 1.149, DE 22 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Altera as datas de validade do Auxílio Gás do Povo, em caráter excepcional, para famílias participantes do processo inicial de implementação escalonada do benefício.</p> <p><b>SECRETARIA DE AVALIAÇÃO, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CADASTRO ÚNICO</b></p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SAGICAD/MDS Nº 20, DE 21 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Estabelece as situações excepcionais em que não será exigido o cadastro em domicílio para inclusão e atualização cadastral de famílias no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo</p>

	<p>Federal - CadÚnico - e as orientações técnicas para seu registro e identificação</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SAGICAD/MDS Nº 19, DE 19 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Estabelece as situações excepcionais em que não será exigido o cadastro em domicílio para inclusão e atualização cadastral de famílias no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico - e as orientações técnicas para seu registro e identificação.</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA SAGICAD/MDS Nº 18, DE 16 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Dispõe sobre os procedimentos para a gestão de riscos, a prevenção e o tratamento de indícios de irregularidade no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal no âmbito da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.</p>
<b>Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços</b>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b></p> <p><b><u>PORTARIA GM/MDIC Nº 19, DE 20 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Estabelece regulamentação complementar do Programa Mobilidade Verde e Inovação (Programa Mover), instituído pela <a href="#">Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024</a>, e regulamentado pelo <a href="#">Decreto nº 12.435, de 15 de abril de 2025</a>, e dispõe sobre procedimentos a serem observados para o cumprimento das metas de eficiência energética para veículos leves.</p>
<b>Ministério do Planejamento e Orçamento</b>	<p><b>GABINETE DA MINISTRA (GM)</b></p> <p><b><u>PORTARIA GM/MPO Nº 12, DE 19 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação; da Educação; da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; e da Integração e do Desenvolvimento Regional, crédito suplementar no valor de R\$ 1.362.918.867,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p>
<b>Banco Central do Brasil (BCB)</b>	<p><b><u>ATO DO PRESIDENTE Nº 1.376, DE 21 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Decreta a liquidação extrajudicial da Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento.</p> <p><b>ÁREA DE FISCALIZAÇÃO</b></p> <p>– Departamento de Supervisão de Cooperativas e de Instituições Não-Bancárias</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 701, DE 22 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Estabelece a forma de comunicação e os requisitos mínimos a serem observados na elaboração, por empresa qualificada independente, de certificação técnica que acompanha a comunicação de interesse em prestar serviços de ativos virtuais no País, de que trata a Resolução BCB nº 520, de 10 de novembro de 2025.</p>

**Entidades de  
Fiscalização do  
Exercício das  
Profissões  
Liberais**

**CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN)  
RESOLUÇÃO COFEN Nº 802, DE 16 DE JANEIRO DE 2026**

Atualiza o Anexo da Resolução Cofen nº 690, de 4 de fevereiro de 2022, que normatiza a atuação do Enfermeiro no Planejamento Familiar e Reprodutivo.

**RESOLUÇÃO COFEN Nº 801, DE 14 DE JANEIRO DE 2026**

Estabelece diretrizes para a prescrição de medicamentos pelo enfermeiro, e dá outras providências.

**CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA (CFMV)  
RESOLUÇÃO Nº 1.690, DE 21 DE JANEIRO DE 2026**

Dispõe sobre o atendimento médico-veterinário domiciliar a animais de estimação de pequeno porte e dá outras providências.

**CONSELHO FEDERAL DE NUTRIÇÃO (CFN)**

**RESOLUÇÃO CFN Nº 847, DE 9 DE JANEIRO DE 2026**

Dispõe sobre a inscrição de profissionais que exerçam atividades de Técnicos em Nutrição e Dietética - TND, sob a supervisão técnica de Nutricionista, há pelo menos 12 (doze) meses e que não possuem formação na área, de que trata a [Lei Federal nº 14.924, de 12 de julho de 2024](#).

**SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO**

**PUBLICAÇÃO  
DOE-SP**

**LEGISLAÇÃO SUPERIOR**

**LEI Nº 18.390, DE 22 DE JANEIRO DE 2026**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas de cartões de crédito ou débito avisarem os consumidores ou clientes sobre a ocorrência de bloqueio do cartão de crédito ou débito.

**LEI Nº 18.389, DE 22 DE JANEIRO DE 2026**

Reconhece a expressão cultural “Vira-Lata Caramelo” como de relevante interesse cultural do Estado.

**LEI Nº 18.388, DE 22 DE JANEIRO DE 2026**

Reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a “Região Turística da Fé” do Vale do Paraíba.

**23/01/2026**

**VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 1315, DE 2023  
MENSAGEM A-Nº 009/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO**

São Paulo, 22 de janeiro de 2026.

(...)

De iniciativa parlamentar, a medida dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas de cartões de crédito ou débito informarem aos consumidores ou clientes sobre a ocorrência de bloqueio do cartão de crédito ou débito (artigo 1º) e os motivos do referido bloqueio (artigo 2º), sujeitando os infratores às penalidades previstas na [Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) - Código de Defesa do Consumidor (artigo 3º).

(...)

**VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1311, DE 2023**  
**MENSAGEM A-Nº 008/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO**

São Paulo, 22 de janeiro de 2026.

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposição torna obrigatória a disponibilização de cardápios e menus impressos pelos bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis, casas noturnas e estabelecimentos comerciais similares do Estado (artigo 1º).

(...)

**VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1073, DE 2023**  
**MENSAGEM A-Nº 007/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO**

São Paulo, 22 de janeiro de 2026.

(...)

A propositura, de iniciativa parlamentar, cria o “Programa Interdisciplinar de Mediação Escolar nas escolas da rede estadual de ensino”, visando “criar ambiente desprovido de violência, onde impere o respeito mútuo, a tolerância e a construção de espaço propício para o cumprimento da missão educativa das unidades escolares” (artigo 1º, “caput”).

(...)

**VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 438, DE 2023**  
**MENSAGEM A-Nº 006/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO**

São Paulo, 22 de janeiro de 2026.

(...)

A propositura, de iniciativa parlamentar, cria o “Programa Interdisciplinar de Mediação Escolar nas escolas da rede estadual de ensino”, visando “criar ambiente desprovido de violência, onde impere o respeito mútuo, a tolerância e a construção de espaço propício para o cumprimento da missão educativa das unidades escolares” (artigo 1º, “caput”).

(...)

**VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 793, DE 2021**  
**MENSAGEM A-Nº 005/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO**

São Paulo, 22 de janeiro de 2026.

(...)

De origem parlamentar, a propositura objetiva reconhecer como de relevante interesse cultural do Estado a “Região Turística da Fé” do Vale do Paraíba.

(...)

**VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 534, DE 2020**  
**MENSAGEM A-Nº 004/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO**

São Paulo, 22 de janeiro de 2026.

(...)

De iniciativa parlamentar, a proposta institui Programa de Orientação, Apoio e Atendimentos aos Portadores da Doença de Alzheimer, e outras doenças neurodegenerativas no âmbito da Secretaria da Saúde.

(...)

	<p><b>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1257, DE 2019 MENSAGEM A-Nº 003/2026 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO</b></p> <p>São Paulo, 22 de janeiro de 2026.          (...)</p> <p>De iniciativa parlamentar, a proposição altera a redação do artigo 27 da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, que dispõe sobre o estatuto jurídico das licitações e contratos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações, concessões e locações no âmbito da administração centralizada e autárquica, para incluir a documentação sobre idoneidade social como exigência para a habilitação nas licitações.</p> <p>(...)</p>
<b>19/01/2026</b>	<p><b>DECRETO Nº 70.341, DE 20 DE JANEIRO DE 2026</b></p> <p>Fixa o Quadro de Pessoal da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - SP-PREVCOM e dá providências correlatas.</p> <p><b>DECRETO Nº 70.340, DE 20 DE JANEIRO DE 2026</b></p> <p>Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.</p>
<b>SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO</b>	<b>MARGINÁLIA ESTADUAL</b>
<b>Secretaria da Administração Penitenciária (SAP)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) RESOLUÇÃO Nº 005, DE 21 DE JANEIRO DE 2026</b></p> <p>Dispõe sobre a concessão, renovação e utilização de placas em veículos oficiais para uso em serviço reservado de caráter policial, e isenção do pagamento da tarifa de pedágio no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária e da Polícia Penal do Estado.</p>
<b>Casa Civil (CC)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) RESOLUÇÃO CC-1, DE 22 DE JANEIRO DE 2026</b></p> <p>Dispõe sobre o valor do Índice Agregado de Cumprimento de Metas - IACM, relativo à Bonificação por Resultados - BR do exercício de 2024, para a Casa Civil e para o Fundo Social de São Paulo - FUSSP.</p> <p><b>DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO INTERSECRETARIAL DA BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS - BR Nº 1, DE 20 DE JANEIRO DE 2026</b></p> <p>Altera a Deliberação da Comissão Intersecretarial da Bonificação por Resultados - BR nº 7, de 29 de agosto de 2025, que define os indicadores globais, seus pesos, linhas de base e metas, critérios de apuração e avaliação, da periodicidade de avaliação e de pagamento, relativo à proposta de Bonificação por Resultados -</p>

	BR da Secretaria de Parcerias em Investimentos para o exercício de 2024.
<b>Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SCTI)</b>	<p><b>CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS)</b></p> <p><b><u>DELIBERAÇÃO CEETEPS Nº 111, DE 15 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Dispõe sobre o Programa de Monitoria de Disciplina nas Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS.</p> <p><b><u>DELIBERAÇÃO CEETEPS Nº 110, DE 15 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Aprova as Diretrizes Gerais para os Cursos Superiores de Graduação oferecidos pelas Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” - CEETEPS.</p> <p><b><u>DELIBERAÇÃO CEETEPS Nº 109, DE 15 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Dispõe sobre a alteração de carga horária, quanto à atribuição de aulas, de Professores de Ensino Superior das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” – CEETEPS.</p>
<b>Secretaria de Comunicação (SECOM)</b>	<p><b>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS)</b></p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SECOM Nº 01, DE 21 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Dispõe sobre a apuração do índice agregado de cumprimento de metas - IACM da Bonificação por Resultados - BR do exercício de 2024.</p>
<b>Controladoria Geral do Estado (CGE)</b>	<p><b>GABINETE DO CONTROLADOR GERAL DO ESTADO</b></p> <p><b><u>RESOLUÇÃO CGE Nº 001/2026, DE 21 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Dispõe sobre o valor do Índice Agregado de Cumprimento de Metas - IACM, relativo à Bonificação por Resultados - BR do exercício de 2024, para a Controladoria Geral do Estado.</p>
<b>Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas (SCEIC)</b>	<p><b>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS)</b></p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SCEIC Nº 04, DE 22 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Torna pública a Nota Técnica para Apuração dos Resultados obtidos pela Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas para os indicadores aprovados pela Comissão Intersecretarial da Bonificação por Resultados, para o ano de 2024, para a Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas</p>
<b>Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b></p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SDUH Nº 08, DE 21 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Dispõe sobre a divulgação da Nota Técnica de Apuração dos Resultados, da Bonificação por Resultados, exercício de 2024, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação.</p>

<b>Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SEDPCD Nº 02 DE 22 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Dispõe sobre a apuração do Índice Agregado de Cumprimento de Metas – IACM da Bonificação por Resultados – BR do exercício de 2024</p>
<b>Secretaria da Educação (SEDUC)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 7, DE 22 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Dispõe sobre a gestão, organização e atribuição de aulas do Programa Sala de Leitura nas escolas de tempo parcial e integral da rede estadual de ensino</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 6, DE 21 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Regulamenta a descentralização das competências a que alude o inciso I, do artigo 4º da Resolução SEDUC nº 108/2025 em matéria correcional e dá providências correlatas.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 5, DE 20 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Dispõe sobre a solicitação e a concessão de acesso aos autos de expedientes e processos administrativos de natureza correcional no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 4, DE 20 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Dispõe sobre a instituição, a organização, a guarda e o tratamento do Prontuário Digital do Estudante – PDE, no âmbito da rede estadual de ensino do Estado de São Paulo, no ambiente da Plataforma Secretaria Escolar Digital – SED, e dá providências correlatas</p>
<b>Secretaria de Esportes (SESP)</b>	<p><b>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SESP Nº 02, DE 21 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Publica a Nota Técnica de Apuração de Resultados com o Índice de Apuração de Cumprimento de Metas - IACM referente ao ano de 2024 para fins de pagamento da Bonificação por Resultados – BR aos integrantes da Secretaria de Esportes, conforme dispõe o inciso II do artigo 7º da Deliberação da Comissão Intersecretarial da Bonificação por Resultados - BR nº 6, de 18 de julho de 2025.</p>
<b>Secretaria da Fazenda e Planejamento (SFP)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SFP-02, DE 21-01-2026</u></b></p> <p>O SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO, à vista do disposto no §4º, do artigo 8º, da <a href="#">Lei Complementar 1.361/2021</a>, e do item II, do artigo 7º, da Deliberação da Comissão Intersecretarial da Bonificação por Resultados nº 6, de 18 de julho de 2025, faz saber que:</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SFP/AEFP Nº 724 DE 19 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Autoriza a divulgação dos Índices de Preços de Obras Públicas.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SFP/AEFP Nº 723 DE 19 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p>

	<p>Dispõe sobre Índices de Reajustes de Preços de Contratos de Serviços, conforme o disposto no <a href="#">Decreto Estadual nº 48.326 de 12-12-03</a> e Resolução da Casa Civil nº 79 de 12-12-03 e suas alterações.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SFP-01, DE 15-01-2026</u></b></p> <p>Divulga o valor da Receita Corrente Líquida acumulada de dezembro de 2024 a novembro de 2025.</p>
<b>Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b></p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SGGD Nº 02, DE 22-01-2026</u></b></p> <p>Dispõe sobre o valor do Índice Agregado de Cumprimento de Metas - IACM, relativo à Bonificação por Resultados - BR do exercício de 2024, para a Secretaria de Gestão e Governo Digital.</p> <p><b><u>DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO INTERSECRETARIAL DA BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS - BR Nº 1, DE 20 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Altera a Deliberação da Comissão Intersecretarial da Bonificação por Resultados - BR nº 7, de 29 de agosto de 2025, que define os indicadores globais, seus pesos, linhas de base e metas, critérios de apuração e avaliação, da periodicidade de avaliação e de pagamento, relativo à proposta de Bonificação por Resultados – BR da Secretaria de Parcerias em Investimentos para o exercício de 2024.</p>
<b>Secretaria de Governo e Relações Institucionais (SGRI)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b></p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 02/2026, DE 21 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Dispõe sobre o valor do Índice Agregado de Cumprimento de Metas - IACM, relativo à Bonificação por Resultados – BR, exercício de 2024, para a Secretaria de Governo e Relações Institucionais.</p>
<b>Secretaria da Justiça e Cidadania (SJC)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b></p> <p><b><u>RESOLUÇÃO DA SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA N.º 04/2.026</u></b></p> <p>Dispõe sobre a apuração do Índice Agregado de Cumprimento de Metas-IACM da Bonificação por Resultados – BR do exercício de 2.024.</p>
<b>Secretaria de Políticas para a Mulher (SPM)</b>	<p><b>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS)</b></p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SPM Nº06, DE 22 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Formaliza as alterações na classificação dos CCESP e FCESP no Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Políticas para a Mulher, constante do Anexo II do Decreto do Decreto nº 69.430, de 20 de março de 2025, nos termos do § 2º do artigo 20 do Decreto nº 68.742/2024.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SPM Nº05, DE 22 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p>

	<p>Dispõe sobre a apuração do Índice Agregado de Cumprimento de Metas - IACM da Bonificação por Resultados (BR) do exercício de 2024.</p>
<b>Procuradoria Geral do Estado (PGE)</b>	<p><b>GABINETE DA PROCURADORA GERAL (GPG)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO PGE Nº 5, DE 22 DE JANEIRO DE 2026</u></b>          Dispõe sobre a apuração do índice agregado de cumprimento de metas - IACM da Bonificação por Resultados - BR do exercício de 2024</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO PGE Nº 4, DE 20 DE JANEIRO DE 2026</u></b>          Altera a <a href="#">Resolução PGE nº 61, de 19 de setembro de 2025</a>, e dá providência correlata.</p> <p><b>ÁREA DE CONSULTORIA GERAL</b>  <b><u>PORTARIA SUBG-CONS Nº 08, DE 19 DE JANEIRO DE 2026</u></b>          Altera a Portaria SubG-Cons nº 3, de 4 de agosto de 2021, e dá providência correlata</p>
<b>Secretaria da Saúde (SS)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SS Nº 18, DE 22 DE JANEIRO DE 2026</u></b>          Dispõe sobre o repasse de valores financeiros, do Fundo Estadual de Saúde - FUNDES, para os Fundos Municipais de Saúde, conforme complementação estabelecida através da Tabela SUS Paulista, aos prestadores de serviço conveniados ou contratados pelo SUS/SP, sob Gestão Municipal</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SS Nº 17, DE 22 DE JANEIRO DE 2026</u></b>          Prorroga até 31 de janeiro de 2028 o prazo constante no artigo 10 da Resolução SS nº 13, de 31 de janeiro de 2024, que dispõe sobre remuneração pela Tabela SUS Paulista, de que trata a Resolução SS nº 198, de 29 de dezembro de 2023, e alterações posteriores, para entidades sob Intervenção Administrativa decretada pelo Município, e dá providências correlatas.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SS Nº 15, DE 20 DE JANEIRO DE 2026</u></b>          Dispõe sobre a designação de profissionais de saúde para exercer as funções de Avaliador(a) e Autorizador(a) das solicitações de medicamentos e outros produtos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF) e dos Protocolos e Normas Técnicas Estaduais (PE), junto ao Programa RemédioSP, da Coordenadoria de Assistência Farmacêutica – CAF, e dá providências correlatas.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SS Nº 13, DE 16 DE JANEIRO DE 2026</u></b>          Dispõe sobre o complemento financeiro referente a dezembro de 2025, do repasse da assistência financeira complementar da União, destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, dos estabelecimentos administrados por Organizações Sociais de Saúde - OSS</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SS Nº 12, DE 16 DE JANEIRO DE 2026</u></b>          Dispõe sobre o complemento financeiro referente a dezembro de 2025, do repasse da assistência financeira complementar da União, destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos</p>

	<p>e auxiliares de enfermagem e parteiras, para Entidades da Administração Pública (SAP e IAMSP).</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SS Nº 11, DE 15 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Dispõe sobre o complemento financeiro referente a dezembro de 2025, do repasse da assistência financeira complementar da União, destinada ao piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, dos estabelecimentos da Rede Complementar do SUS-SP (Convênios com entidades sem fins lucrativos e Contratos com entidades privadas).</p>
<b>Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)</b>	<p><b>REITORIA</b></p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 03/2026, DE 20 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Atribui Bolsas de Pós-Doutorado junto ao Programa de Pesquisador de Pós-Doutorado (PPPD) da UNICAMP para o período 2026/2027.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 2/2026, DE 16 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Dispõe sobre a regulamentação do pagamento de bolsas permanência previstas no convênio firmado entre a Universidade Estadual de Campinas e a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, no âmbito do Programa Provão Paulista Seriado.</p>
<b>Universidade de São Paulo (USP)</b>	<p><b>REITORIA</b></p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 8934, DE 22 DE JANEIRO DE 2026</u></b></p> <p>Altera dispositivos da Resolução nº 5528, de 18 de março de 2009, que disciplina a concessão de estágios na Universidade de São Paulo e os realizados por seus alunos em instituições externas.</p>
<b>Publicação TCE</b>	<b>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)</b>
<b>22/01/2026</b>	<p><b>COMUNICADOS</b></p> <p>COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA</p> <p><b><u>COMUNICADO GP Nº 02/2026</u></b></p> <p>O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, diante da publicação da <a href="#">Lei Complementar nº 226, de 2026</a>, ALERTA os Municípios jurisdicionados que, na hipótese de edição da lei autorizativa prevista no artigo 8º-A de referida lei complementar, faz-se necessário demonstrar previamente a existência de recursos orçamentários, bem como de observar a compatibilidade da despesa com o planejamento orçamentário vigente, de modo a não comprometer a execução das despesas dantes planejadas. São Paulo, 21 de janeiro de 2026.</p> <p><b>CRISTIANA DE CASTRO MORAES</b> PRESIDENTE</p>
<b>Publicação DO - Cidade</b>	<b>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</b>

**21/01/2026**

**DECRETO Nº 64.909, DE 20 DE JANEIRO DE 2026**

Dispõe sobre a utilização da Marquise Senador José Ermírio de Moraes, integrante do Conjunto Arquitetônico do Parque Ibirapuera.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: <https://www.doe.sp.gov.br/>

**Equipe Responsável pelo Boletim:**

Marcelo Conti  
[mconti@sp.gov.br](mailto:mconti@sp.gov.br)

Fernanda Vieira Cunha Schvanz  
[fschvanz@sp.gov.br](mailto:fschvanz@sp.gov.br)

Márcia Santos de Oliveira  
[msoliveira@sp.gov.br](mailto:msoliveira@sp.gov.br)

**Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica**

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

[bibjur@sp.gov.br](mailto:bibjur@sp.gov.br)

**Cancelamento:**

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%A3nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>